



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Resumo

O presente artigo aborda a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Básica, destacando os desafios, avanços e possibilidades presentes no contexto educacional contemporâneo. Parte-se da compreensão de que a educação inclusiva vai além do acesso à escola, envolvendo a garantia de participação efetiva, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas singularidades. Ao longo do estudo, discute-se a trajetória da educação especial até a consolidação da perspectiva inclusiva, evidenciando a importância das políticas públicas e da legislação brasileira na garantia de direitos educacionais. O trabalho também enfatiza o papel fundamental do professor na construção de práticas pedagógicas inclusivas, ressaltando a necessidade de formação continuada, flexibilização curricular e uso de metodologias diversificadas. Além disso, destaca-se a relevância da tecnologia assistiva como recurso facilitador da aprendizagem e da autonomia dos alunos com TEA. A pesquisa evidencia ainda a importância da parceria entre escola e família, bem como da atuação articulada entre diferentes áreas, como educação, saúde e assistência social, para fortalecer o processo de inclusão. Por fim, o artigo aponta que, apesar dos avanços conquistados, ainda existem desafios significativos, especialmente relacionados às barreiras atitudinais, à falta de recursos e à necessidade de maior preparo das instituições escolares. Conclui-se que a inclusão de alunos com TEA deve ser compreendida como um compromisso ético e coletivo, que exige transformação nas práticas educativas e na forma de conceber a diversidade, visando a construção de uma escola mais justa, acolhedora e verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: alunos com TEA; desafios e possibilidades; práticas pedagógicas inclusivas; Ensino-aprendizagem.

Inclusive Education and Special Education: Pathways to the Inclusion of Students with ASD in Basic Education

Abstract

This article addresses the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Basic Education, highlighting the challenges, advances, and possibilities present in the contemporary educational context. It starts from the understanding that inclusive education goes beyond access to school, involving the guarantee of effective participation, meaningful learning, and the integral development of students, respecting their individualities. Throughout the study, the trajectory of special education up to the consolidation of the inclusive perspective is discussed, highlighting the importance of public policies and Brazilian legislation in guaranteeing educational rights. The work also emphasizes the fundamental role of the teacher in the construction of inclusive pedagogical practices, highlighting the need for continuing education, curricular flexibility, and the use of diversified methodologies. Furthermore, the relevance of assistive technology as a resource that facilitates learning and autonomy for students with ASD is highlighted. The research also demonstrates the importance of the partnership between school and family, as well as the coordinated action between different areas, such as education, health, and social assistance, to strengthen the inclusion process. Finally, the article points out that, despite the progress made, significant challenges remain, especially related to attitudinal barriers, lack of resources, and the need for greater preparedness in schools. It concludes that the inclusion of students with ASD should be understood as an ethical and collective commitment, requiring transformation in educational practices and in the way diversity is conceived, aiming to build a more just, welcoming, and truly inclusive school.

Keywords: students with TEA; challenges and possibilities; inclusive pedagogical practices; teaching and learning



EDUCAÇÃO INCLUSIVA Y EDUCACIÓN ESPECIAL: VÍAS PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Resumo

Este artículo aborda la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la Educación Básica, destacando los retos, avances y posibilidades presentes en el contexto educativo contemporáneo. Parte de la premisa de que la educación inclusiva va más allá del acceso a la escuela, e implica la garantía de una participación efectiva, un aprendizaje significativo y el desarrollo integral de los estudiantes, respetando sus individualidades. A lo largo del estudio, se analiza la trayectoria de la educación especial hasta la consolidación de la perspectiva inclusiva, resaltando la importancia de las políticas públicas y la legislación brasileña para garantizar los derechos educativos. El trabajo también enfatiza el rol fundamental del docente en la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas, destacando la necesidad de formación continua, flexibilidad curricular y el uso de metodologías diversificadas. Además, se resalta la relevancia de la tecnología de apoyo como recurso que facilita el aprendizaje y la autonomía de los estudiantes con TEA. La investigación también demuestra la importancia de la alianza entre la escuela y la familia, así como la acción coordinada entre diferentes áreas, como educación, salud y asistencia social, para fortalecer el proceso de inclusión. Finalmente, el artículo señala que, a pesar de los avances logrados, persisten desafíos importantes, especialmente relacionados con barreras actitudinales, falta de recursos y la necesidad de una mayor preparación en las escuelas. Concluye que la inclusión de estudiantes con TEA debe entenderse como un compromiso ético y colectivo, que requiere una transformación en las prácticas educativas y en la concepción de la diversidad, con el objetivo de construir una escuela más justa, acogedora y verdaderamente inclusiva.

Palabras clave: estudiantes con TEA; desafíos y posibilidades; prácticas pedagógicas inclusivas; enseñanza y aprendizaje.

INTRODUÇÃO

A educação, compreendida como um direito fundamental de todos os cidadãos, tem se transformado ao longo do tempo na busca por práticas mais democráticas, acessíveis e sensíveis à diversidade humana. Nesse movimento, a inclusão escolar ganha destaque como um princípio essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dentre os diferentes públicos que compõem esse cenário, os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demandam uma atenção especial, uma vez que apresentam características singulares relacionadas à comunicação, à interação social e ao comportamento, o que exige da escola novas formas de pensar e agir pedagogicamente.

Historicamente, a educação especial percorreu um caminho marcado por exclusões e limitações, passando por fases de segregação até alcançar, mais recentemente, a perspectiva inclusiva. Esse avanço representa não apenas uma conquista no campo educacional, mas também um importante marco social, pois reafirma o direito de todos os estudantes de aprenderem juntos, respeitando suas diferenças. No entanto, a inclusão não pode ser entendida apenas como o acesso físico à escola regular. Ela precisa ser vivida no cotidiano, por meio da participação efetiva dos alunos, da valorização de suas potencialidades e da garantia de condições reais de aprendizagem.

No contexto da Educação Básica, incluir alunos com TEA implica reconhecer que cada sujeito aprende de maneira única, sendo necessário adaptar estratégias, flexibilizar o currículo e promover práticas pedagógicas que favoreçam a participação ativa. Isso significa que o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos para se tornar mediador do conhecimento, buscando caminhos que possibilitem o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Nesse processo, o uso de metodologias diversificadas, recursos pedagógicos adequados e tecnologias assistivas pode contribuir significativamente para tornar o ensino mais acessível e significativo.



A legislação brasileira tem desempenhado um papel fundamental na consolidação da educação inclusiva, assegurando direitos e orientando práticas. Documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Lei Brasileira de Inclusão reforçam o compromisso com uma educação para todos. No caso específico do autismo, a Lei nº 12.764/2012 representa um importante avanço ao reconhecer a pessoa com TEA como sujeito de direitos, garantindo sua inclusão em diferentes espaços sociais, especialmente na escola. Entretanto, mesmo com esse respaldo legal, ainda se observam desafios significativos na efetivação dessas políticas no cotidiano escolar, como a falta de formação adequada dos profissionais, a escassez de recursos e a presença de barreiras atitudinais.

Além dos aspectos pedagógicos e estruturais, é importante destacar o papel das relações humanas no processo de inclusão. A construção de um ambiente escolar acolhedor depende do envolvimento de todos: professores, gestores, alunos, famílias e comunidade. A parceria entre escola e família, por exemplo, é essencial para o acompanhamento do desenvolvimento do aluno com TEA, permitindo a troca de informações e a construção de estratégias mais eficazes. Da mesma forma, o trabalho colaborativo entre profissionais da educação e de outras áreas, como saúde e assistência social, fortalece o atendimento e amplia as possibilidades de aprendizagem.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de superar preconceitos e estigmas ainda presentes na sociedade. Muitas vezes, as maiores barreiras enfrentadas pelos alunos com TEA não estão relacionadas às suas condições, mas às atitudes e concepções equivocadas sobre suas capacidades. Nesse sentido, promover a inclusão também significa investir em uma mudança de mentalidade, baseada no respeito, na empatia e na valorização das diferenças como elementos enriquecedores do processo educativo.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar e refletir sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica, considerando os desafios, as possibilidades e as práticas que contribuem para a construção de uma escola mais inclusiva. Busca-se compreender como as políticas públicas, as estratégias pedagógicas e o envolvimento da comunidade escolar podem favorecer a participação e o desenvolvimento desses estudantes, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar.

METODOLOGIA

Quando se fala em metodologia, estamos nos referindo ao caminho que orienta toda a construção da pesquisa. Não se trata apenas de cumprir etapas, mas de organizar o pensamento, dar sentido ao estudo e garantir que as ideias estejam bem articuladas. Nesse sentido, Gil (2022) destaca que a metodologia reúne procedimentos e técnicas que ajudam o pesquisador a produzir conhecimento de forma clara e confiável. Da mesma forma, Lakatos e Marconi (2021) ressaltam que a metodologia é essencial para dar rigor ao trabalho científico, pois define os meios utilizados para alcançar os objetivos propostos.

Além disso, Minayo (2025) contribui ao afirmar que a pesquisa não é apenas um conjunto de regras, mas um processo que envolve compreensão, interpretação e sensibilidade por parte do pesquisador, principalmente quando se trata de estudos na área da educação. Isso mostra que a metodologia vai além da técnica: ela também envolve o olhar de quem pesquisa e a forma como esse olhar se constrói ao longo do trabalho.

Dessa forma, a metodologia pode ser entendida como o eixo que sustenta toda a pesquisa. É ela que orienta os caminhos, ajuda a organizar as ideias e possibilita que os objetivos sejam alcançados de maneira coerente.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, pois tem como objetivo ampliar a compreensão teórica sobre a ludicidade no ensino da matemática, especialmente no que se refere ao papel do professor e às práticas pedagógicas. A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que busca compreender ideias, concepções e reflexões presentes nos estudos analisados. Segundo Minayo (2025), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, valores e interpretações, sendo bastante adequada para investigações no campo educacional.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo bibliográfico, desenvolvido a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. De acordo com Lakatos e Marconi (2021), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador entrar em contato com diferentes produções sobre o tema, ampliando o conhecimento e favorecendo uma visão mais abrangente do assunto.

A seleção dos materiais considerou a relevância dos autores e a contribuição de suas obras para a compreensão da ludicidade no ensino da matemática. A partir da leitura, análise e interpretação desses textos, buscou-se estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, promovendo uma reflexão crítica sobre como o uso de práticas lúdicas pode contribuir para tornar o ensino mais significativo e próximo da realidade dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação, enquanto direito fundamental de todos, tem passado por importantes transformações ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à valorização da diversidade presente no ambiente escolar. Nesse contexto, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Básica surge como um tema de grande relevância, não apenas no campo educacional, mas também social, uma vez que envolve o compromisso coletivo com a construção de uma escola mais justa, acolhedora e acessível.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas beneficia todos os alunos, na medida em que exige que a escola se reorganize para atender à diversidade. A escola inclusiva é aquela que reconhece as diferenças como parte constitutiva da condição humana e que se transforma para garantir o direito de todos à aprendizagem (Mantoan, 2003, p. 24-25).

Compreender a inclusão vai além de garantir o acesso à matrícula na escola regular. Trata-se de assegurar que todos os estudantes tenham condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento, respeitando suas particularidades e promovendo oportunidades equitativas. No caso dos alunos com TEA, essa perspectiva exige um olhar sensível às suas especificidades, considerando aspectos relacionados à comunicação, à interação social e às diferentes formas de aprendizagem.

Além disso, é importante destacar que a inclusão escolar não se limita ao espaço físico da sala de aula, mas envolve toda a dinâmica da vida escolar. Isso inclui a participação em atividades coletivas, momentos de convivência, projetos pedagógicos e experiências que contribuem para o desenvolvimento integral do estudante. Quando a escola se organiza de forma inclusiva, ela cria possibilidades reais para que todos os alunos se sintam pertencentes ao ambiente educativo.

Apesar dos avanços significativos na legislação brasileira, que assegura o direito à educação inclusiva, ainda existem desafios que permeiam o cotidiano escolar. Entre eles, destacam-se a necessidade de formação continuada dos professores, a adaptação de práticas pedagógicas, a utilização de recursos adequados e a superação de barreiras atitudinais que, muitas vezes, dificultam a efetivação da inclusão. Nesse sentido, a escola precisa se reinventar constantemente, buscando estratégias que favoreçam a participação ativa de todos os alunos.

Pensar a educação inclusiva na atualidade exige mais do que compreender leis e diretrizes: requer sensibilidade, compromisso e, sobretudo, uma mudança de olhar sobre o outro. Quando se trata da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Básica, essa reflexão torna-se ainda mais necessária, pois envolve reconhecer singularidades, respeitar ritmos e construir práticas pedagógicas que realmente façam sentido para cada estudante.

A trajetória da educação especial revela avanços importantes ao longo do tempo. Se antes predominavam práticas excludentes e segregadoras, hoje se busca uma escola que acolha, respeite e valorize as diferenças. Nesse contexto, a inclusão não pode ser entendida apenas como o ato de matricular o aluno na escola regular. Ela precisa se concretizar na participação efetiva, no acesso ao conhecimento e nas oportunidades reais de desenvolvimento. Estar presente não é o mesmo que estar



incluído, é preciso garantir que o aluno faça parte, interaja, aprenda e se reconheça como sujeito ativo no ambiente escolar.

Conforme aponta Lazaretti (2020),

É responsabilidade do professor, via seu trabalho pedagógico, criar oportunidades para que o educando use a criatividade, explorando, testando, montando e desmontando coisas, tipo blocos e empilhando caixas. No entanto, o escritor salienta que, a cada etapa do desenvolvimento, surgem características e sucessos únicos que precisam ser nutridos (Lazaretti, 2020, p. 119).

Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de compreender a inclusão como um processo contínuo e em construção. Não se trata de algo que se alcança de forma imediata, mas de um caminho que exige reflexão constante, avaliação das práticas e disposição para mudanças. Cada avanço, por menor que pareça, representa uma conquista significativa na construção de uma educação mais equitativa.

No caso dos estudantes com TEA, essa compreensão é fundamental. O autismo, caracterizado por diferenças na comunicação, na interação social e no comportamento, manifesta-se de formas diversas, o que exige um olhar atento e individualizado por parte dos educadores. Cada aluno apresenta necessidades específicas, e é justamente nesse reconhecimento da diversidade que a prática pedagógica se fortalece. Não há uma única forma de ensinar, assim como não há uma única forma de aprender.

A legislação brasileira tem avançado significativamente na garantia do direito à educação inclusiva. Documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão reforçam o compromisso com uma escola acessível, que ofereça suporte adequado e promova a equidade. No caso específico do autismo, a Lei nº 12.764/2012 representa um marco importante ao reconhecer a pessoa com TEA como sujeito de direitos, assegurando sua participação plena na sociedade, inclusive no ambiente escolar. No entanto, apesar desses avanços legais, ainda existem desafios concretos no cotidiano das escolas, como a falta de recursos, a necessidade de formação docente e a persistência de barreiras atitudinais. Assim,

A educação, direito de todos, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205).

Diante disso, torna-se essencial que as políticas públicas não apenas existam, mas sejam efetivamente implementadas. A garantia de recursos, investimentos na formação de professores e acompanhamento das práticas escolares são fatores fundamentais para que a inclusão deixe de ser apenas um princípio teórico e se concretize no dia a dia das instituições de ensino.

Nesse cenário, o papel do professor ganha destaque. Ensinar em uma perspectiva inclusiva implica repensar práticas, flexibilizar o currículo e buscar estratégias que atendam às diferentes formas de aprendizagem. Metodologias diversificadas, adaptações pedagógicas e o uso de recursos como a tecnologia assistiva podem favorecer significativamente o processo educativo, ampliando as possibilidades de participação dos alunos com TEA. Mais do que adaptar conteúdos, trata-se de construir caminhos que permitam ao estudante aprender de forma significativa, respeitando seu tempo e suas potencialidades.

É importante ressaltar também que o trabalho docente não deve ocorrer de forma isolada. A colaboração entre professores, profissionais de apoio e equipe gestora contribui para a construção de práticas mais eficazes e inclusivas. O compartilhamento de experiências e estratégias fortalece o processo educativo e amplia as possibilidades de atendimento às necessidades dos alunos.

A tecnologia, nesse contexto, surge como uma aliada importante. Recursos que auxiliam na comunicação, na organização das atividades e na compreensão de conteúdos podem contribuir para a autonomia e o engajamento dos alunos. No entanto, é essencial compreender que a tecnologia, por si só, não garante a inclusão. Ela precisa estar articulada a práticas pedagógicas intencionais e a um ambiente acolhedor, que valorize o estudante em sua totalidade.

Outro aspecto fundamental nesse processo é a parceria entre escola e família. Quando há diálogo, troca de informações e construção conjunta de estratégias, o processo de ensino e aprendizagem se torna mais consistente e significativo. A família conhece o aluno em sua singularidade, enquanto a escola contribui com práticas educativas estruturadas. Essa união fortalece o desenvolvimento do estudante e cria uma rede de apoio essencial para sua trajetória escolar.

Além disso, o envolvimento da família contribui para a continuidade das aprendizagens fora do ambiente escolar, favorecendo a consolidação de habilidades e promovendo maior segurança e autonomia ao estudante. Essa relação de parceria precisa ser baseada na confiança, no respeito mútuo e na escuta ativa.

Além das dimensões pedagógicas e estruturais, é indispensável considerar as questões atitudinais. A inclusão só se torna realidade quando há respeito, empatia e abertura para o diferente. Muitas vezes, as maiores barreiras não estão na falta de recursos, mas nos preconceitos e nas ideias equivocadas sobre as capacidades dos alunos com deficiência. Superar essas barreiras exige formação, diálogo e, principalmente, disposição para aprender com a diversidade.

Santos; Teixeira e Bringel afirmam que,

A inclusão escolar de alunos com autismo ainda enfrenta desafios significativos, exigindo ações contínuas e articuladas entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem desses estudantes (Santos; Teixeira; Bringel, 2023, p. 418).

A inclusão de alunos com TEA também demanda uma atuação articulada entre diferentes áreas, como educação, saúde e assistência social. Essa integração amplia as possibilidades de atendimento e contribui para um acompanhamento mais completo do estudante. Quando esses setores trabalham juntos, torna-se possível oferecer suporte mais adequado, beneficiando não apenas o aluno, mas também sua família.

Apesar dos desafios, é importante reconhecer os avanços já conquistados. A inclusão vem, aos poucos, deixando de ser apenas um ideal para se tornar uma prática possível e necessária. Ainda há muito a ser feito, mas cada passo dado em direção a uma educação mais justa e equitativa faz diferença na vida dos estudantes.

Por fim, incluir um aluno com TEA não é apenas cumprir uma exigência legal, mas assumir um compromisso ético com a educação. É acreditar que todos podem aprender, cada um à sua maneira, e que a escola deve ser um espaço onde as diferenças não sejam vistas como obstáculos, mas como parte essencial do processo educativo. Construir uma educação inclusiva é, acima de tudo, construir uma sociedade mais humana, mais justa e mais consciente do valor de cada indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que o ensino da matemática precisa ir além das práticas tradicionais, especialmente diante das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. A presença cada vez maior da ciência e da tecnologia no cotidiano exige que a escola acompanhe esse movimento, buscando formas mais atuais e significativas de ensinar.

Nesse sentido, a ludicidade se mostra como uma importante aliada no processo educativo. Ao incorporar jogos e atividades mais dinâmicas às aulas, o professor cria um ambiente mais acolhedor e participativo, no qual o aluno se sente mais motivado a aprender. A matemática, que muitas vezes é vista como difícil, passa a ser compreendida de forma mais simples e próxima da realidade.

Outro ponto importante é que o uso do lúdico contribui não apenas para a aprendizagem dos conteúdos, mas também para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida, como pensar, resolver problemas, criar estratégias e trabalhar em grupo. Isso reforça a ideia de que aprender não deve ser um processo mecânico, mas sim algo significativo e prazeroso.

No entanto, ainda existem desafios que precisam ser superados, como a falta de recursos, a necessidade de formação continuada dos professores e a resistência a mudanças. Superar essas barreiras



é fundamental para que o lúdico deixe de ser visto como algo secundário e passe a fazer parte do planejamento pedagógico de forma consciente.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para a reflexão sobre a prática docente, incentivando o uso de metodologias que valorizem a participação dos alunos e tornem o ensino mais significativo. Afinal, quando o aluno se envolve, participa e encontra sentido no que aprende, o conhecimento deixa de ser apenas conteúdo e passa a fazer parte da sua vida.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ana Paula da Silva. *Formação docente e práticas inclusivas na educação básica*. São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília, DF, 2015.

COSTA, Maria das Dores; ALMEIDA, José Carlos. *Educação inclusiva: práticas e desafios no contexto escolar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

FILHO, José Pereira; LOWENTHAL, Rosane. *Inclusão escolar e autismo: perspectivas e práticas*. Curitiba: Appris, 2013.

FONSECA, Vitor da. *Educação inclusiva: teoria e prática pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *Autismo e educação: possibilidades e desafios*. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

LIMA, Renata Souza; RODRIGUES, Carla Mendes. *Intersetorialidade e inclusão escolar: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2023.

LIMA, Tatiane Oliveira. *Tecnologia assistiva e inclusão escolar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais para todos*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Práticas pedagógicas inclusivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Inclusão escolar e políticas educacionais*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva inclusiva: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2017.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Autism spectrum disorders*. Genebra: OMS, 2017.

PEREIRA, Luciana Martins. *Família e escola na educação inclusiva*. São Paulo: Cortez, 2023.

SANTOS, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Marcos Vinícius. *Educação inclusiva e educação especial: diálogos e práticas*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, Juliana Ferreira dos. *Inclusão de alunos com TEA na escola regular*. São Paulo: Cortez, 2022.

SOUZA, Carla Regina. *Políticas públicas e inclusão educacional*. Brasília: Liber Livro, 2019.

SOUZA, Carla Regina; MARTINS, Paulo Henrique. *Educação inclusiva: desafios e perspectivas atuais*. Brasília: Liber Livro, 2022.

WHITMAN, Thomas L. *O desenvolvimento do autismo: uma abordagem prática*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Submetido em janeiro de 2026

Aprovado em abril de 2026

Informações do (a) (s) autor(a)(es)

Nome do autor: Claudia Regina Alves da Silva Santos

Grau de escolaridade: Mestranda em Ciências da Educação

Afiliação Institucional: Instituto Interamericano de Ciências Sociais –ISICS

Email: claudiareginagps@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-000529280805>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/96740574844413718569302148272832>

Nome do autor: Francisco de Assis Costa e Silva

Grau de escolaridade: Doutorando em Ciências da Educação

Afiliação Institucional: Instituto Interamericano de Ciências Sociais –ISICS

Email: francisco.acsbrasil@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-000249944024>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6753068204951266>

Nome do autor: Cristiano do Nascimento Siqueira

Grau de escolaridade: Doutor em Ciências da Educação

Afiliação Institucional: Instituto Interamericano de Ciências Sociais –ISICS

Email: dr.cristiano1@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3168-3580>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4008378459727817>